



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC n. [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Fazenda

ASSUNTO: Pedido de informação formulado pelo [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 158/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido à Secretaria da Fazenda, número SIC em epígrafe, para acesso às Notas Fiscais eletrônicas de compras realizadas nos últimos cinco anos pela Secretaria de Administração Penitenciária, Justiça e Segurança Pública, ou a chave de acesso eletrônico.
2. A Coordenadoria da Administração Tributária da Pasta indeferiu o acesso, registrando a existência de sigilo fiscal em relação aos documentos pretendidos. Em sede de recurso hierárquico, o Chefe de Gabinete manteve a resposta ofertada, reiterando que as notas fiscais eletrônicas ou a chave de acesso são acobertadas pelo sigilo fiscal, ensejando o presente recurso, cabível nos termos do artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Importa salientar que, em Protocolo SIC anterior – n. 44032155870 – que deu origem à Decisão OGE LAI 420/2015, matéria similar foi apreciada, pleiteada, inclusive, pela ora recorrente. Naquela ocasião, a Procuradoria de Assuntos Tributários exarou o Parecer PAT nº 023/2015, aprovado pelo Procurador Geral do Estado, concluindo que as notas fiscais eletrônicas, na forma como solicitadas, estariam protegidas por sigilo fiscal, não sendo possível seu fornecimento, pois, ainda que geradas a partir de transações nas quais a Administração Pública ocupe um dos polos, foram obtidas em razão do exercício de função fiscalizadora em face de contribuintes, envolvendo a situação econômica ou financeira do sujeito passivo, enquadradas na hipótese de sigilo fiscal prevista no artigo 198 do Código Tributário Nacional (fls.23/37).
4. Assim, quando em posse do órgão responsável pela contratação, a nota fiscal eletrônica poderia ser disponibilizada, por não ter sido adquirida em virtude de atividade tributária; contudo, incorporada às bases de dados da Secretaria da Fazenda por força de suas atribuições tributárias, incidiria o cogente sigilo fiscal.
5. Registre-se, ainda, que o aludido precedente foi apreciado também pela Comissão Estadual de Acesso à Informação, negado provimento recursal com base no mesmo parecer da Procuradoria Geral do Estado, conforme ata publicada no Diário Oficial do Estado em 20 de abril de 2016 (Poder Executivo, Seção I).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Cumpre consignar que a possibilidade de invocação do sigilo fiscal para negativa de acesso à informação encontra respaldo no artigo 22 da Lei n. 12.527/2011, admitindo-se como exceção ao preceito geral da publicidade as hipóteses restritivas legalmente estipuladas, mesmo não expressamente referidas no corpo daquele diploma normativo.
7. Tendo em vista o pronunciamento da Procuradoria Geral sobre a matéria em comento, a quem compete a interpretação jurídica no âmbito da Administração Pública estadual, nos termos do artigo 99 da Constituição do Estado de São Paulo, bem como a apreciação da matéria pela Comissão Estadual de Acesso à Informação, não há margem para questionamento quanto à incidência do sigilo em relação aos documentos demandados no presente pedido de acesso à informação, razão pela qual **conheço** do recurso para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 22 da Lei n. 12.527/2011, c.c. artigo 198 do Código Tributário Nacional, conforme a vinculante orientação vertida no Parecer Jurídico aludido, descaracterizadas as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto Estadual nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 16 de maio de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

FPRM